

**Desenvolvimento local,
gestão empresarial e
políticas públicas:
um registro de reflexões
e experiências**

ID Local – Ciclo 2018



ID Local

INICIATIVA GVCES

FGV EAESP

CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

Expediente

Realização

Fundação Getulio Vargas
Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces)
Iniciativa Desenvolvimento Local e Grandes Empreendimentos (ID Local)

Coordenação geral

Mario Monzoni

Vice – coordenação

Paulo Branco

Coordenação executiva

Daniela Gomes Pinto

Coordenação técnica

Lívia Menezes Pagotto

Equipe

Graziela Azevedo

Colaboração

Fernando Burgos (FGV EAESP), Paula Galeano e José Luiz Adeve (Fundação Tide Setubal), Gustavo Bernardino e Camila Aloi (GIFE), Diogo Bardal (IFC), Rafael Gioielli (Instituto Votorantim), Karin Matzkin (Synergia)

Redação

Graziela Azevedo
Lívia Menezes Pagotto

Projeto Gráfico

José Roosevelt Junior | Mediacts/MondoYumi

Para citar esta publicação:

FGVces. Desenvolvimento local, gestão empresarial e políticas públicas locais: um registro de reflexões e experiências. Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Iniciativa ID Local. São Paulo, 2019. 48 p.

Ficha catalográfica (+ ISBN)

O FGVces e as iniciativas empresariais

O Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) é um espaço aberto de estudo, aprendizado, inovação e produção de conhecimento. Composto por equipe multidisciplinar, engajada, comprometida e com genuína vontade de transformar a sociedade, o FGVces trabalha no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão públicas e empresariais para a sustentabilidade, no âmbito local, nacional e internacional. Para tanto, são quatro as suas linhas de atuação: (i) formação; (ii) pesquisa e produção de conhecimento; (iii) articulação e intercâmbio; e (iv) mobilização e comunicação. Nesse contexto, as Iniciativas Empresariais (IE) do FGVces compõem uma rede com o propósito de transformar os desafios da sustentabilidade em oportunidade de criação de valor para os negócios e seus stakeholders. Esse propósito vem sendo realizado por meio da cocriação de estratégias, ferramentas e propostas de políticas públicas e empresariais; apoio à implementação por meio de projetos-piloto; sistematização e disseminação do conhecimento por meio de publicações e eventos; e articulação com diversos atores de governo e sociedade civil.

São cinco as Iniciativas: Empresas pelo Clima (EPC), Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor (ISCV), Desenvolvimento Local & Grandes Empreendimentos (ID Local), Tendências em Serviços Ecológicos (TeSE) e Ciclo de Vida Aplicado (CiViA). Por mais de 10 anos trabalhamos neste formato, e essa publicação consolida a produção de conteúdo ao longo de 2018 em IDLocal. A partir de 2019, a atuação nas agendas de desenvolvimento local, serviços ecológicos, mudança do clima, cadeia de valor e ciclo de vida de produtos, passa a ser de forma integrada, em um percurso inovador que busca construir e compartilhar conteúdos, métodos, ferramentas e casos para que possam ser mais facilmente inseridos na **gestão empresarial**. A **formação para a sustentabilidade**, nos níveis individual, organizacional e coletivo, passou a compor a maneira de pensar e realizar o ciclo de atividades, com objetivo de contribuir para que sejam desenvolvidas as condições mais amplas necessárias para lidar com as questões complexas apresentadas pela agenda da sustentabilidade.



A Plataforma Empresas pelo Clima tem o propósito de contribuir para o avanço na gestão empresarial de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e dos riscos e impactos derivados das mudanças climáticas. Desde 2009, a iniciativa trabalha na cocriação de diretrizes e ferramentas para gestão empresarial – como a ferramenta para elaboração de planos de adaptação às mudanças do clima e as Diretrizes Empresariais para Precificação Interna de Carbono -, e de propostas para políticas públicas e no apoio a projetos piloto para implementação das ferramentas e diretrizes.



A iniciativa Tendências em Serviços Ecológicos desenvolve estratégias e ferramentas destinadas à gestão empresarial de impactos, dependências, riscos e oportunidades relacionados a serviços ecológicos. Nos ciclos anteriores foram desenvolvidas diretrizes e ferramentas para a valoração das vulnerabilidades e impactos da atividade empresarial sobre o capital natural. Foram também realizadas capacitações em valoração e gestão de serviços ecológicos e desenvolvidos casos empresariais.



A iniciativa Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor desenvolve métodos e ferramentas para a integração da sustentabilidade nos processos e nas políticas de compras das empresas, por meio do desenvolvimento de protocolos para a gestão da cadeia de fornecedores. Desde 2015, a iniciativa tem desenvolvido protocolos para orientar as empresas a mapear e gerir riscos e oportunidades em suas cadeias de fornecimento aprimorando seus processos de compras e o relacionamento com fornecedores.



A iniciativa Ciclo de Vida Aplicado busca incorporar o pensamento de ciclo de vida na gestão estratégica das empresas a partir da Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) dos produtos - bens e serviços. Além disso, discutem em oficinas e grupos de trabalho temas como comunicação e rotulagem de produtos, além de questões sobre competitividade. Desde 2015 as empresas vêm sendo capacitadas nos métodos e ferramentas de duas categorias de impacto ambiental: mudanças climáticas e uso de água. A partir disso, vêm desenvolvendo projetos piloto de pegada de carbono e de pegada hídrica de seus produtos.



A iniciativa ID Local tem o propósito de articular o setor empresarial para reflexão, troca de experiências e construção de propostas e diretrizes empresariais para desenvolvimento local, por meio do diálogo, do estudo e da cocriação de metodologias e ferramentas. Desde 2013, os temas já trabalhados são: Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Inovação em Desenvolvimento Local, Monitoramento e Avaliação de Impacto e Capacidades Institucionais Locais, e Articulação com Políticas Públicas para Desenvolvimento Territorial.

Título: Desenvolvimento local, gestão empresarial e políticas públicas: um registro de reflexões e experiências

Autores: Graziela Azevedo e Livia Menezes Pagotto

Ano: 2019

Local: São Paulo

Edição: 1ª

Páginas: 48

Suporte: ebook

Sumário:

PARTE 1: Gestão empresarial e políticas públicas: localizando essa articulação
Ciclo ID Local 2018: proposta de trabalho
Reflexões e resultados
Mapeamento das motivações, práticas e desafios a partir da atuação conjunta

PARTE 2: Experiências empresariais na articulação com políticas e entes públicos locais

REFERÊNCIAS

Resumo:

Ao longo do ano de 2018, o FGVces esteve à frente de um debate sobre a articulação entre atuação empresarial e políticas públicas no âmbito de iniciativas realizadas em prol do desenvolvimento local. Tal debate ocorreu no contexto da iniciativa empresarial Desenvolvimento Local e Grandes Empreendimentos (ID Local), que contou com a participação de 14 empresas e foi constituído por uma série de encontros como forma de estimular o diálogo e por uma chamada pública que visou identificar casos para ilustrar as iniciativas que estão sendo implementadas Brasil a fora. Foram quatro os encontros da iniciativa ID Local durante o ano de 2018 dedicados ao debate sobre a importância do tema articulação empresarial com entes e políticas públicas locais à luz do desenvolvimento local. Todos eles contaram com a participação das empresas membro da ID Local, de especialistas nos temas abordados e de organizações e indivíduos responsáveis pela implementação de experiências relacionada ao tema.

Índice

PARTE 1: Gestão empresarial e políticas públicas: localizando essa articulação	6
Ciclo ID Local 2018: proposta de trabalho	8
Reflexões e resultados	10
Mapeamento das motivações, práticas e desafios a partir da atuação conjunta	11

PARTE 2: Experiências empresariais na articulação com políticas e entes públicos locais	15
---	----

REFERÊNCIAS	46
-------------	----

PARTE 1 – Gestão empresarial e políticas públicas: localizando essa articulação

A articulação entre empresas e o poder público local está longe de ser uma novidade no Brasil. O tema, apesar de poder soar um tanto quanto árido, reflete uma dimensão da história dedicada à interação entre as esferas pública e privada no país. Se tomarmos como ponto de partida os anos 1970, é possível identificar algumas fases caracterizadoras da transformação dessas relações, que não se restringem somente ao Estado e ao setor empresarial. Inclui, também, a sociedade civil, uma vez que é impossível desemaranhar o seu papel de outros atores no processo de constituição da sociedade brasileira.

O olhar retrospectivo para as diferentes formas de articulação entre o poder público e o setor empresarial no campo social aponta para três grandes fases: até a década de 1970, uma fase marcada pela cisão entre políticas públicas e filantropia empresarial; entre as décadas de 1980 e 1990, uma fase marcada pela emergência e consolidação da cooperação e parcerias na construção de políticas públicas; a partir dos anos 2000, uma fase marcada pela atuação estruturada das empresas e de investidores sociais empresariais na busca pelo alinhamento com as políticas públicas (IPEA, 2006; PERRET E JUNQUEIRA, 2011; SILVA, 2012; GIFE, 2016; COMUNITAS, 2018).

No Brasil, os anos 1970 podem ser caracterizados como uma década cuja responsabilidade pela solução dos problemas sociais e a formulação de respostas a causas sociais esteve centrada nas políticas do Estado. As empresas, por sua vez, dedicavam-se a ações de caridade e filantropia realizadas de forma pontual e desconectada das ações do poder público.

Nos anos 1980, passou a ocorrer uma transformação desta dinâmica. Sob a influência de uma economia globalizada que provocou exigências emergentes às empresas do ponto de vista da responsabilidade social, e também do contexto brasileiro de profunda crise econômica, instabilidade política, precariedade do trabalho e pobreza, algumas mudanças

na configuração da atuação das empresas e do poder público passaram a ser observadas. As pressões e as demandas advindas da população e, sobretudo, de movimentos sociais intensificaram o papel da sociedade civil. Neste mesmo contexto, tiveram início algumas ideias fundantes das noções de responsabilidade social corporativa e de investimento social privado, pautados pela ética e pelas oportunidades de ganho de competitividade. No plano político, esta série de transformações político-sociais também contribuíram para o processo de descentralização da gestão das políticas sociais.

Esta história desemboca na década de 1990 com o estabelecimento de novos parceiros do Estado na formulação e implementação de políticas públicas: as organizações do terceiro setor e das empresas passaram a ser atores importantes na cooperação para o avanço da gestão de políticas sociais no Brasil. Em paralelo, foi fortalecida a ideia de definição de novas escalas para o planejamento e intervenção das políticas públicas (SILVA, 2012) e novos níveis de governança do desenvolvimento (SABOURIN, 2016), consolidando-se a abordagem territorial como uma estratégia no âmbito da gestão pública brasileira (FAVARETO & LOTTA, 2017; LOTTA & FAVARETO, 2016).

Dez anos depois, o início do século XXI passa a ser marcado por movimentos de alinhamento das ações empresariais e do investimento social privado às políticas públicas, em forma de iniciativas de apoio à gestão pública, de fortalecimento de capacidades institucionais locais, de advocacy, entre outras. O Censo GIFE 2016, realizado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), indicou que 76% dos investidores sociais se alinham com o poder público para ampliar as chances de sucesso, a escala e o impacto de seus projetos e que 73% o faz para aumentar as possibilidades de continuidade das políticas públicas. Além disso, a pesquisa identificou que 45% desenvolve ações de formação e capacitação de gestores ou servidores públicos e que 41% desenvolve metodologias e tecnologias sociais com o



objetivo de serem incorporadas às políticas públicas como estratégias de alinhamento entre o investimento social privado e as políticas públicas (GIFE, 2017). Já o Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC), realizado pela Comunitas, revelou que 75% das empresas atuaram em articulação com organizações governamentais para realizar seus investimentos sociais. Além disso, dentre os benefícios das parcerias, 55% acreditavam à época que as parcerias permitem compartilhar responsabilidade no enfrentamento dos problemas sociais e ampliam o alcance, a capilaridade e a escala dos projetos sociais da empresa (COMUNITAS, 2016; COMUNITAS, 2018).

Assim, nesse breve arco da história que avança até os dias de hoje, assistimos uma mudança de paradigma na governança das políticas de desenvolvimento local, com a redefinição do papel das empresas em direção à uma atuação mais proeminente em assuntos de interesse público, a exemplo do combate à pobreza e objetivos de desenvolvimento sustentável, e a aposta na contribuição empresarial para o ganho de escala e inovação nas políticas sociais.

E, afinal, por que trabalhar junto? A articulação entre empresas

e poder público se dá como resultado de um movimento mútuo focado em, de um lado, atores privados empenhados em viabilizar a sua operação em determinadas localidades brasileiras e contribuir para o desenvolvimento das localidades em que estão inseridos e, de outro, municípios ansiosos pela instalação de um movimento econômico-produtivo robusto capaz de estimular o dinamismo econômico local.

Tendo em vista esse amplo contexto, a iniciativa empresarial ID Local, organizada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), propôs para o ciclo de atividades em 2018 o tema “Articulação empresarial com políticas públicas locais”. Para contribuir para o conhecimento que está sendo gerado sobre o tema, esta publicação reúne as reflexões e aprendizados do ano e apresenta 15 experiências que retratam práticas atuais em que gestores de empresas, institutos e fundações empresariais atuaram lado a lado com agentes públicos no desenho de ações para promover o desenvolvimento local.

Boa leitura!

Ciclo ID Local 2018: proposta de trabalho

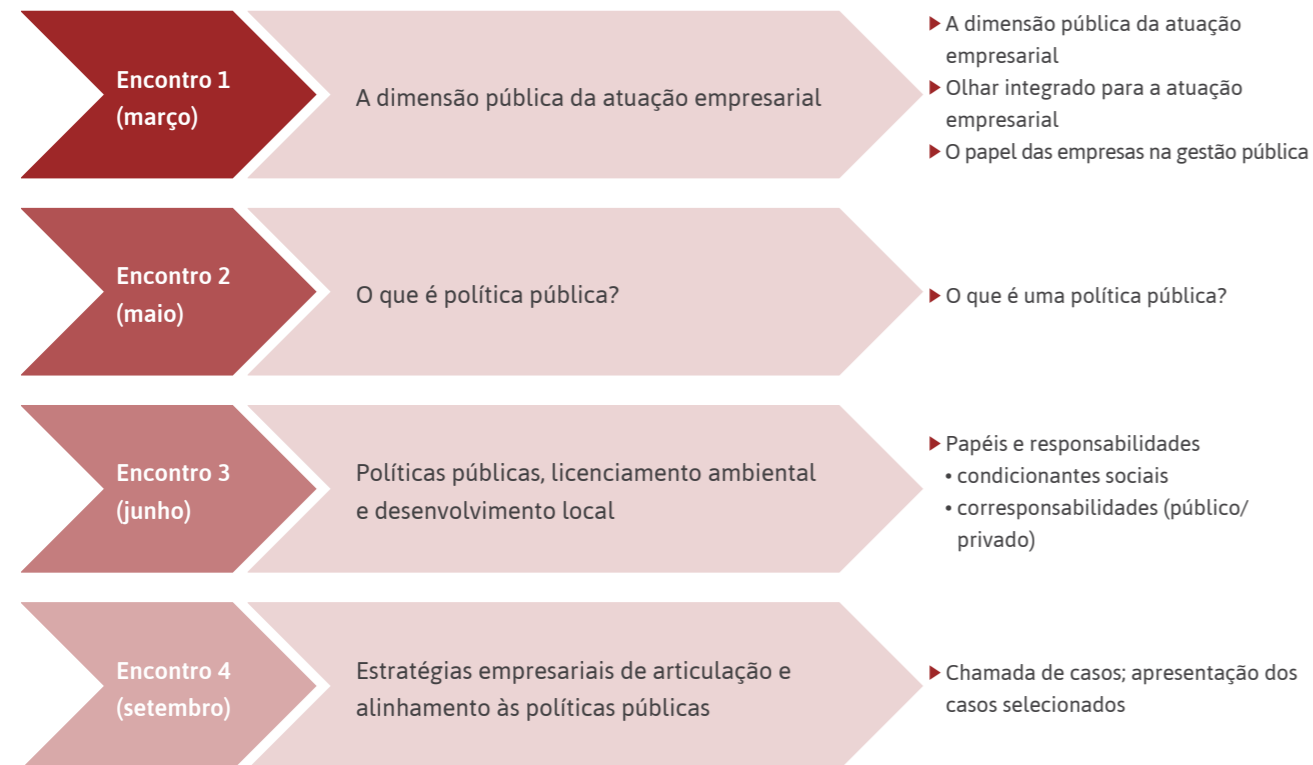
A seguir são apresentados a proposta do ciclo 2018 da iniciativa ID Local e o conjunto de reflexões e resultados obtidos a partir dos encontros realizados. Além disso, são introduzidas as oportunidades relacionadas ao ciclo de políticas públicas na relação com atores empresariais.

Iniciativa ID Local – proposta do ciclo 2018

Ao longo do ano de 2018, o FGVces esteve à frente de um debate sobre a articulação entre atuação empresarial e políticas públicas no âmbito de iniciativas realizadas em prol do desenvolvimento local. Tal debate ocorreu no contexto da iniciativa empresarial Desenvolvimento Local e Grandes Empreendimentos (ID Local), que contou com a participação de 14 empresas e foi constituído por uma série de encontros como forma de estimular o diálogo e por uma chamada pública

que visou identificar casos para ilustrar as iniciativas que estão sendo implementadas Brasil a fora.

Foram quatro os **encontros** da iniciativa ID Local durante o ano de 2018 dedicados ao debate sobre a importância do tema articulação empresarial com entes e políticas públicas locais à luz do desenvolvimento local. Todos eles contaram com a participação das empresas membro da ID Local, de especialistas nos temas abordados e de organizações e indivíduos responsáveis pela implementação de experiências relacionada ao tema:



A **chamada de casos** teve o objetivo de selecionar iniciativas realizadas entre empresas, fundações e/ou institutos empresariais e o poder público e promover uma ampla discussão sobre as formas, os propósitos, as

motivações e os temas abordados por tais iniciativas. A PARTE 2 desta publicação apresenta brevemente os casos identificados, além do processo de análise e seleção das iniciativas.

SOBRE A INICIATIVA ID LOCAL

A iniciativa ID Local tem a missão de traduzir, para o setor empresarial, quais são os principais desafios no campo do desenvolvimento local no Brasil e transformá-los em diretrizes, estratégias e ferramentas para que possam ser incorporados à gestão das empresas.

A origem de ID Local remonta ao ano de 2013, quando o FGV CES, em parceria com a Childhood Brasil e a FGV Direito SP, iniciou a criação das **Diretrizes Empresariais para a Geração de Valor Compartilhado a partir da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes** no contexto de grandes empreendimentos. Em 2013 e 2014, o grupo de empresas membro da iniciativa do GVCes esteve envolvido na construção das Diretrizes e também em sua aplicação prática por meio de projetos piloto.

Ainda em 2014, ID Local se dedicou ao tema **Inovação em Desenvolvimento Local**, em parceria com outra iniciativa empresarial do FGV CES, Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor (ISCV). Essa integração permitiu identificar diversas expressões de inovação voltadas ao desenvolvimento de territórios cujas dinâmicas são alteradas a partir de intervenções empresariais em grande escala. Para materializar essa discussão, dez experiências inovadoras foram selecionadas por meio de uma chamada de casos e compartilhadas em um encontro com a participação das empresas membro e dos responsáveis pela realização dos projetos.

Durante o ciclo 2015, o tema explorado por ID Local foi **Mo-**

nitramento do Desenvolvimento Local e Avaliação de Impacto. Duas motivações nortearam a escolha desses temas: a importância da contribuição de grandes empresas para o estabelecimento de processos transparentes e participativos de monitoramento do desenvolvimento local onde essas organizações atuam, e a demanda pela melhor compreensão, por parte do setor empresarial, dos métodos de avaliação de impacto de suas intervenções em desenvolvimento local.

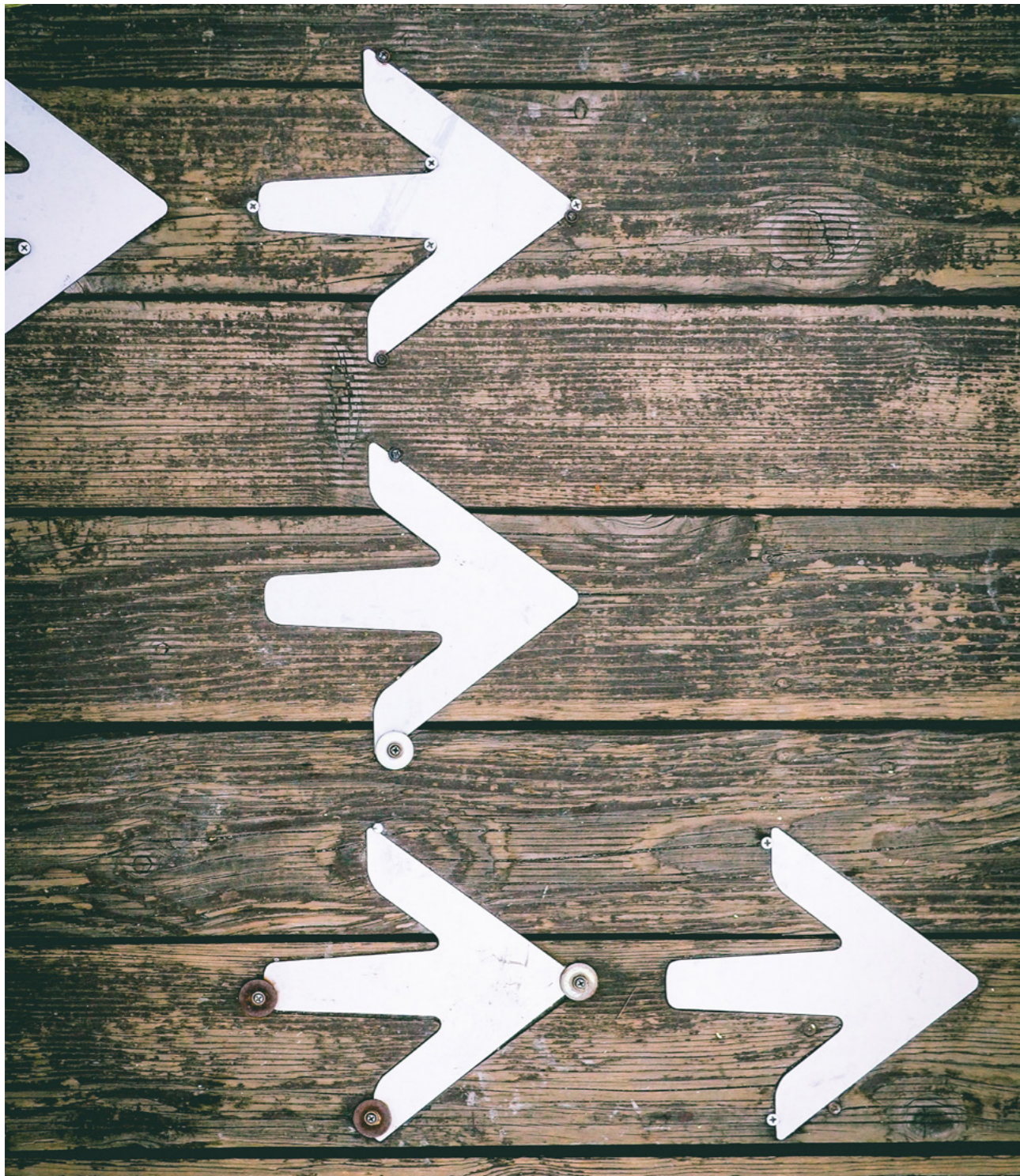
Em 2016, ID Local esteve dedicada à discussão sobre **Capacidades Institucionais Locais**, cujo foco foi a relação entre empresas, poder público e sociedade civil locais no contexto da atuação de grandes empreendimentos e/ou cadeias de valor. Quais as oportunidades de contribuição empresarial para o fortalecimento de capacidades institucionais locais e da indução de políticas públicas que dialoguem com os impactos diretos e indiretos da instalação e operação de uma grande empresa? Como lidar com os desafios locais impostos às empresas, ao poder público e à sociedade no campo do desenvolvimento local? Essas foram algumas perguntas exploradas pela iniciativa ao longo do ciclo.

Já em 2017, o tema escolhido foi **Investimento Social Privado Territorial**, com a realização de oficinas e debates com o objetivo de produzir princípios inspirados nos conceitos e práticas de desenvolvimento territorial, nas seguintes dimensões: chegada e saída do ISP-T, desenvolvimento de capacidades locais, transparência, monitoramento e avaliação de impacto.

2013	2014	2015	2016	2017
Proteção Integral de Crianças e adolescentes	Inovação em Desenvolvimento Local	Monitoramento do DL e Avaliação de Impacto	Capacidades Institucionais Locais	ISP Territorial
Geração de Valor Compartilhado a Partir da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes: Uma Proposta de Diretrizes Empresariais no Contexto de Grandes Empreendimentos.	Inovação em Desenvolvimento Local em Territórios com a Atuação de Grandes Empresas. Guia de Implementação das Diretrizes Empresariais para Proteção Integral de C-A no Contexto de Grandes empreendimentos.	Monitoramento do Desenvolvimento Local e Avaliação de Impacto: Contribuições para Práticas Empresariais.	Como contribuir para a preparação dos territórios? Como as empresas se estruturam para interagir com o poder e políticas públicas locais?	Um Olhar Territorial para o Investimento Social Corporativo: Princípios e Diretrizes

Reflexões e resultados

A seguir estão registrados as principais reflexões e resultados a partir dos encontros da iniciativa ID Local – ciclo 2018, sistematizando as motivações, as práticas e os desafios identificados pelos participantes da iniciativa a respeito da articulação entre empresas e poder público em prol do desenvolvimento local.



Mapeamento das motivações, práticas e desafios a partir da atuação conjunta

A interlocução com o poder público muitas vezes tem início na negociação da instalação da operação de uma empresa em um território. É a hora de “pedir licença” ao poder público, e também à comunidade, para se instalar. É notório que uma grande empresa pode trazer muitos benefícios a partir das suas atividades e, com eles, impactos negativos podem ser percebidos, como a sobrecarga nos serviços e na infraes-

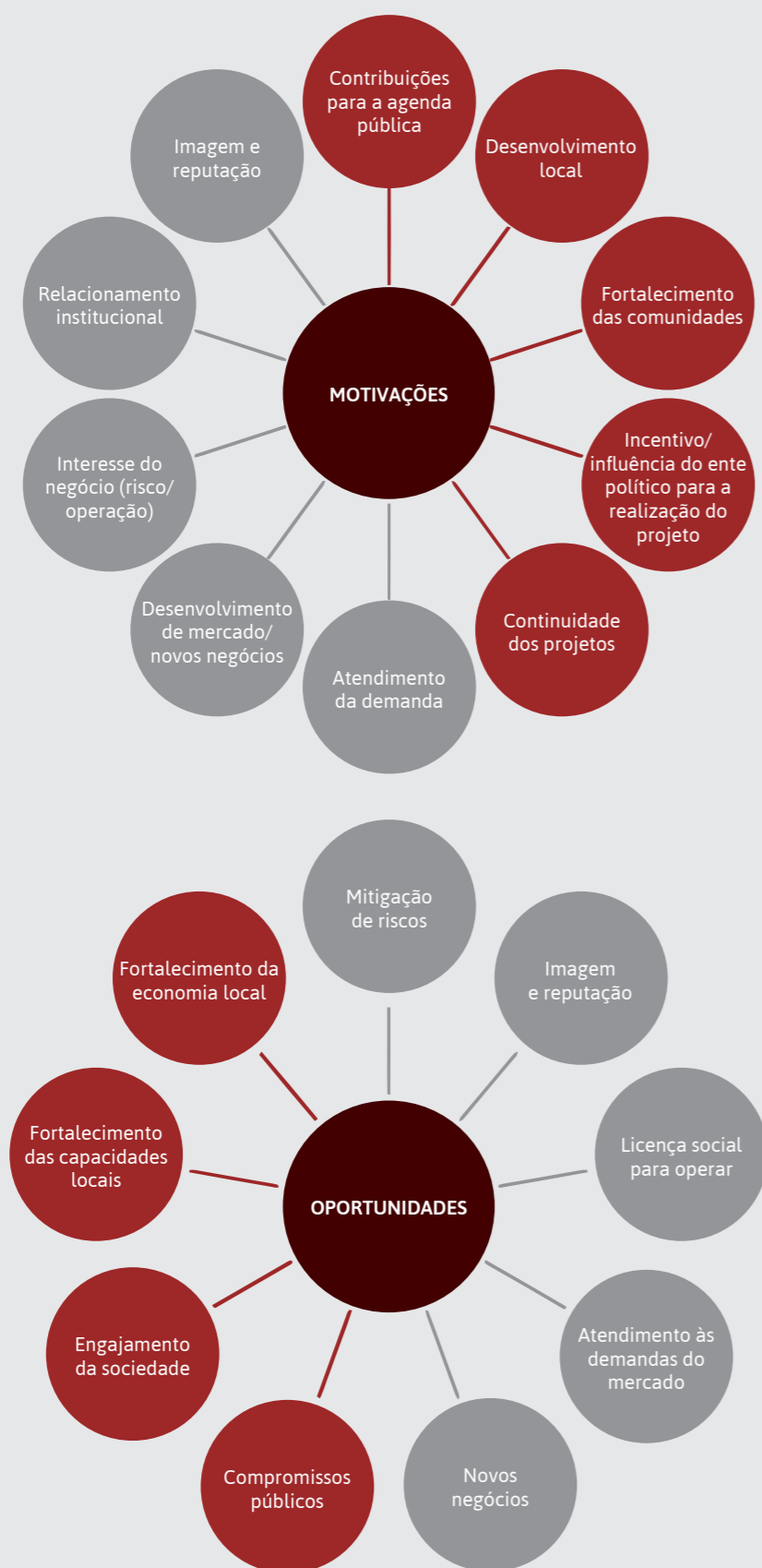
trutura públicos e as novas demandas administrativas para os gestores públicos para lidar com as novas dinâmicas trazidas direta ou indiretamente pela empresa.

A partir da perspectiva do negócio, trabalhar em parceria com o poder público para o seu fortalecimento pode ser resultado da busca por:



Assim, os potenciais benefícios percebidos são diversos, tanto para a gestão pública quanto para a gestão empresarial. O mapeamento realizado também capturou as motivações e as oportunidades percebidas pelos gestores empresariais

em relação às parcerias com o poder público, tanto para a própria empresa (marcadas em cinza na próxima figura) quanto para os territórios que recebem a sua atuação (marcadas em vermelho).



Então, na prática, como as empresas e os investidores sociais empresariais atuam em parceria com a gestão pública? O mapeamento realizado junto às empresas membro de ID Local indica as principais estratégias:

- ▶ Participação na formulação ou na execução de políticas públicas locais, especialmente na formulação de metodologias e tecnologias sociais;
- ▶ Apoio à gestão pública voltado, por exemplo, ao fortalecimento das capacidades de administração do orçamento público ou à organização de processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- ▶ Formação e capacitação de gestores e gestoras públicos;
- ▶ Acompanhamento e controle das políticas públicas;
- ▶ Advocacy e interlocução com instâncias governamentais, principalmente por meio do relacionamento com o Poder Legislativo;
- ▶ Parcerias com instituições de ensino e pesquisa; e
- ▶ Promoção do diálogo entre organizações públicas e comunidades em fóruns locais.

FORMAS DE ATUAÇÃO

Empresas/investidores sociais empresariais:

apoiadores, implementadores, financiadores, articuladores, indutores.



Entre os **temas escolhidos** para o direcionamento do investimento empresarial em conjunto com gestores públicos, educação, cultura, meio ambiente e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável figuram entre os mais priorizados. De maneira geral, refletem as agendas mais comumente exploradas pelo campo do investimento social privado no Brasil reforçando, assim, a importância dessas agendas na construção de solu-

ções junto aos gestões públicas municipais também. No levantamento realizado por ID Local em 2018, outros temas foram elencados como significativos do ponto de vista do investimento realizado em parcerias com o poder público. São eles: proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, desenvolvimento local, inovação social, recursos hídricos, segurança, saúde e fortalecimento de cadeias produtivas.

De acordo com as empresas membro do ciclo 2018 da iniciativa ID Local, as principais áreas envolvidas nas estratégias de articulação de ações com as políticas públicas são:

- ▶ relações institucionais
- ▶ sustentabilidade
- ▶ responsabilidade social
- ▶ fundação ou instituto
- ▶ desenvolvimento de mercado (ou novos mercados)
- ▶ assuntos regulatórios

Participam também as áreas de relações governamentais, meio ambiente, relações com a comunidade, operações e comunicação corporativa.

Por fim, vale destacar o conjunto de desafios apontados pelos gestores participantes de ID Local na interação com o poder público e nas parcerias para realização de ações conjuntas em políticas públicas. São eles:

- ▶ A realização de um diagnóstico das demandas locais que englobe as complexidades das dinâmicas do território;
- ▶ As dinâmicas intrínsecas ao relacionamento com o poder público;
- ▶ Os tempos e os interesses diversos entre as agendas dos diferentes atores;

- ▶ A pactuação e o estabelecimento de responsabilidades
- ▶ A gestão de expectativas e escassez de recursos
- ▶ Recursos humanos e financeiros alocados para a articulação;
- ▶ As oscilações e as mudanças próprias dos ciclos eleitorais;
- ▶ A demonstração do valor gerado a partir de iniciativas de desenvolvimento para os gestores públicos e empresariais.

A seguir, são apresentadas as experiências de interação entre o setor empresarial e a gestão pública identificadas na chamada de casos conduzida pela iniciativa ID Local.

PARTE 2 – Experiências empresariais na articulação com políticas e entes públicos locais

A chamada de casos teve o objetivo de identificar iniciativas de articulação entre o setor empresarial e a gestão pública, reconhecer e evidenciar boas práticas no tema, inspirando novos caminhos para o desenvolvimento local, de forma a promover uma ampla discussão sobre as formas, os propósitos, as motivações e os temas abordados por tais iniciativas. Das 54 inscrições recebidas, pesquisadores do FGVces identificaram 15 projetos a partir dos seguintes critérios:

- ▶ Conexão com políticas públicas e ações estruturantes;
- ▶ Transversalidade temática;
- ▶ Construção de tecnologia social com a gestão pública;
- ▶ Maturidade da ação;
- ▶ Participação na iniciativa;
- ▶ Inovação na abordagem territorial;
- ▶ Maturidade no monitoramento e avaliação dos resultados e impactos locais;
- ▶ Potencial de replicação/expansão.

PROCESSO DE SELEÇÃO

54
inscrições

- 24 empresas
- 13 sociedade civil
- 10 institutos e fundações empresariais
- 5 governo
- 2 pesquisa e ensino

15
iniciativas selecionadas

54
iniciativas avaliadas pela equipe de ID Local



+6 iniciativas com abrangência nacional

As iniciativas selecionadas foram agrupadas em três blocos. O primeiro deles reuniu ações voltadas à concepção e à implementação de planos de desenvolvimento territorial. O se-

gundo juntou as ações voltadas à articulação para educação. E o terceiro grupo tratou dos projetos a partir de suas abordagens temáticas, a exemplo de moradia, turismo e saúde.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

- 1 Programa Klabin de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Paraná [Klabin]
- 2 Programa Territórios Sustentáveis [Agenda Pública]
- 3 Plano Estratégico de Conservação e Uso da Biodiversidade do Município de Juriti [Prefeitura Municipal de Juriti]
- 4 Plano de Turismo Integrado Regional [Instituto Votorantim]
- 5 6 Sobral de Futuro/Três Lagoas Sustentável [Instituto Votorantim | Fibria]
- 7 Programa Meta Escola/Inova Escola [CIEDS]
- 8 Projeto Escolas Sustentáveis [Instituto Este de Responsabilidade Socioambiental]
- 9 Parceria Votorantim pela Educação [Instituto Votorantim]
- 10 Programa ECOA [Alcoa]
- 11 Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social [Rede Internacional de Ação Comunitária]
- 12 Programa Cultivar Energia [Copel]
- 13 Programa Jovem Sustentável Aprendiz [Fundação Alphaville]
- 14 Movimento Agente do Bem [Fibria]
- 15 Conecta Saúde [Grupo Fleury]



- Plano de desenvolvimento territorial
- Articulação para a educação
- Abordagens temáticas

- 9 17 Estados
- 11 22 Estados
- 15 6 Estados

Cada caso selecionado é apresentado a seguir de forma a responder às seguintes provocações:

- ▶ Quais as motivações e os objetivos da iniciativa?
- ▶ O que é a iniciativa e quais seus principais resultados?
- ▶ Como se dá a articulação entre a gestão empresarial e políticas públicas?

**Planos de
Desenvolvimento
Territorial**

**Articulação para
a educação**

**Abordagens
Temáticas**

Planos de Desenvolvimento Territorial

1 Programa Klabin de Apoio ao Desenvolvimento Regional no Paraná [Klabin]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

A Klabin tem influência na região dos Campos Gerais (PR) e apoia os gestores públicos no planejamento e otimização dos benefícios gerados pelas operações da companhia, contexto que levou à criação do Programa Klabin de Apoio ao Desenvolvimento Regional. O item surgiu no processo de identificação das Diretrizes de Desenvolvimento Regional, realizado em 2016 com 12 municípios. Na ocasião, a Klabin escolheu apoiar os municípios mais relevantes para a empresa na região: Telêmaco Borba, Ortigueira e Imbaú. Em 2017, com os secretários de governo dos municípios e apoio da consultoria Interação Urbana, foram analisados planos de governo atual, plurianual vigente e planos setoriais para a criação de propostas de novos Planos Plurianuais 2018-2021.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O Programa objetiva promover a autonomia e o comprometimento dos órgãos de governo; criar metas setoriais e arranjos políticos e administrativos para aumentar a eficiência da administração; além de fornecer capacitação técnica para os Grupos Municipais de Planejamento (técnicos, secretários e prefeito), determinando indicadores que possibilitem o monitoramento das ações e avaliação de resultados.

Além da busca para conscientizar os grupos sobre a importância de colaborar para a melhoria da gestão, fornecendo ferramentas de planejamento e assessoria técnica, foi realizado estudo de aderência das ações elencadas pelos participantes às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os atores envolvidos são as prefeituras; gestores de responsabilidade socioambiental da Klabin, a comunidade e a consultoria em gestão pública. O Programa é constituído por Diagnóstico, Planejamento e Monitoramento. No Diagnóstico, é feita a análise dos planos de governo, plurianual vigente e setoriais. Com tais informações, passa-se ao Planejamento, em que cada secretaria traça um plano de ação e se consolida no PPA, compatibilizado com a previsão de receitas da prefeitura. Por último, no Monitoramento, é feito o acompanhamento das ações.

O projeto foi aplicado nas prefeituras de Telêmaco Borba, Ortigueira e Imbaú, com perspectivas para implantação em outros 9 municípios. O planejamento já foi implantado e em 2018 encontrava-se em fase de monitoramento das ações.



Planos de Desenvolvimento Territorial

2 Programa Territórios Sustentáveis [Agenda Pública]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

Em 2015, três organizações da sociedade civil (Agenda Pública, Ecam e Imazon) uniram forças para pensar estratégias que pudessem promover modelos de desenvolvimento local sustentável na Amazônia, incluindo as populações e o poder público no planejamento.

Com apoio da Mineração Rio do Norte, teve início, em 2015, o Programa Territórios Sustentáveis (PTS), uma iniciativa para 15 anos.

A partir da visão de impacto coletivo, o programa articula de forma integrada 5 eixos: Gestão Pública, Capital Social, Quilombola, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O programa se caracteriza pela formação de arranjos institucionais colaborativos que impulsionam o desenvolvimento local, surgidos a partir de um planejamento multissetorial, um dos pontos mais fortes da iniciativa. São resultados para a o Eixo Gestão Pública:

- Situação fiscal, financeira e tributária dos municípios aprimorada: aumento real na arrecadação;
- Planejamento estratégico e planos setoriais elaborados e monitorados;
- Capacidades gerenciais e técnicas dos gestores aperfeiçoa-

- das: resolução de problemas de forma intersetorial;
- Ampliação da satisfação do cidadão com os serviços públicos de saúde

A avaliação de resultados é independente, aplicando também o Índice de Progresso Social (IPS).

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa Territórios Sustentáveis tem a participação dos atores:

- Organizações da Sociedade Civil (executoras);
- Mineração Rio do Norte (financiadora e co-gestora);
- Gestores públicos municipais;
- Conselheiros municipais;
- Associações e espaços de participação popular;
- Povos Quilombolas da região;
- Agentes econômicos;
- USAID (financiadora)

Além de grupos de trabalho intersetoriais, há acordos formais assinados com as prefeituras da região (Oriziminá, Terra Santa e Faro), onde as ações são realizadas. O PTS apoia os municípios na proposição e implementação de políticas públicas nas diversas áreas, contribuindo para além do suporte técnico, na aproximação do diálogo com a sociedade.



Planos de Desenvolvimento Territorial

3

Plano Estratégico de Conservação e Uso da Biodiversidade [Prefeitura de Juruti]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O Plano Estratégico de Conservação e Uso da Biodiversidade do Município de Juruti (PCUSB), no Pará, é um instrumento de diretrizes para atuação do poder público, iniciativa privada e sociedade civil, no que se refere à implantação de programas, ações e projetos para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Entre os objetivos destaca-se o de contribuir com o desenvolvimento local por meio do uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais do município de Juruti.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

A unidade de conservação de proteção integral Lago Mole, com mais de 600 hectares, criada em 2014 após aprovação em audiência pública, é um dos principais resultados alcançados pelo Plano Estratégico de Conservação e Uso da Biodiversidade do Município de Juruti. Além deste, outras ações já foram concretizadas, tais como a realização dos estudos sobre o Zoneamento Ecológico Econômico de Juruti – ZEE, a criação da lei que garante a implantação do Centro de Geoprocessamento e Planejamento Territorial e Ambiental (Geo-Juruti) e a criação do grupo Guerreiros da Amazônia.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O PCUSB é uma iniciativa da Prefeitura de Juruti, em parceria com a Conservação Internacional e Alcoa, com recursos financeiros da Alcoa Foundation. Como parte integrante do Zoneamento Ecológico Econômico de Juruti, seu conteúdo vem servindo para nortear todas as ações e investimentos na área de recursos naturais do município, assim como a criação de leis e políticas que garantam a conservação dos recursos da natureza e a preservação ambiental.



Planos de Desenvolvimento Territorial

4

Plano de Turismo Regional Integrado [Instituto Votorantim]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O Plano de Turismo Integrado Regional (PTIR) de Juquiá, Miracatu e Tapiraí, em São Paulo, busca fortalecer o contexto socioeconômico nos três municípios por meio do turismo e consolidar a região como referência em preservação da biodiversidade, eventos culturais tradicionais e atrativos naturais para atividades de ecoturismo, turismo náutico, de pesca e de aventura.

Por meio do Plano, os três municípios se articulam em rede e desenvolvem ações voltadas a:

- proteger o meio ambiente;
- promover o uso economicamente sustentável de recursos; e
- assegurar o respeito aos costumes regionais.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O trabalho começou em 2017 com estudos e diagnósticos. Empreendedores locais, membros do poder executivo, legislativo e de Conselhos Municipais de Turismo receberam capacitação e participaram da construção do plano. O PTIR, entregue às prefeituras em 2018, tem cinco focos prioritários – turistas; meio ambiente e sustentabilidade; população

receptora, planejamento e gestão; e empreendimentos –, que se desdobram em dez programas estruturantes. Também foram elaborados e/ou revisados os Planos Municipais de Turismo de Juquiá e Miracatu, e as prefeituras obtiveram o título de Município de Interesse Turístico.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O PTIR teve como base o Plano Nacional de Turismo, política pública de referência. A construção conjunta e a abordagem participativa caracterizaram a iniciativa desde a realização de diagnósticos até a etapa pós-entrega, que inclui encontros e capacitações para impulsionar as frentes de trabalho.

Além dos prefeitos e secretários municipais, também se envolveram diretamente representantes do poder legislativo e dos Conselhos Municipais de Turismo, com representantes de associações comerciais e de serviços, e do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul.



Planos de Desenvolvimento Territorial

5 Sobral de Futuro & Três Lagoas Sustentável

6 [Instituto Votorantim] [Fibria]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O planejamento estratégico integrado teve por base o Programa de Apoio à Gestão Pública (AGP), tecnologia social do Instituto Votorantim em parceria com o BNDES que impulsiona a modernização da gestão pública, o ordenamento territorial e a participação social.

Objeto de atuação do AGP, a iniciativa Sobral de Futuro foca a redução das disparidades socioeconômicas por meio de inclusão produtiva, revitalização dos laços sociais e culturais, infraestrutura urbana e preservação ambiental.

Outro objeto do AGP, o plano Três Lagoas Sustentável orienta a tomada de decisão na busca de bem-estar e melhorias em educação, saúde e mobilidade urbana. Contando com investimento social da Fibria, o plano incentiva o poder público e a população a discutirem o crescimento da cidade, por meio de um grande levantamento do município, com o uso de indicadores de temas críticos e pontos positivos, e sugere planos de ação para um desenvolvimento ordenado e sustentável a curto, médio e longo prazos. O projeto traz inúmeros benefícios socioambientais: qualifica o diálogo com a esfera pública; estimula o compromisso do poder público com o desenvolvimento sustentável e as

boas práticas e contribui na criação de políticas públicas e marcos regulatórios claros.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O planejamento estratégico transversal e de longo prazo, concluído em 2016 nos municípios de Sobral e Três Lagoas, envolveu a sociedade civil em todas as etapas: diagnóstico, priorização e planos de atuação. Grande parte das metas integram Plano Plurianual 2018-2021 de cada município, ou seja, os planos serviram como base para estruturar ações a serem desenvolvidas na atual gestão municipal. Outro resultado foi a constituição dos grupos gestor e de acompanhamento nos municípios, com representantes de universidades, empresas, e entidades de classe, terceiro setor, movimentos sociais e administração pública.

Em Três Lagoas, foram três anos de execução (2016 – 2018) a partir das parcerias e metodologias do Instituto Votorantim, Instituto Arapyá e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Fase 1: raio-x da cidade com estudos de base e pesquisa de opinião pública, que deram origem a 130 indicadores e sugestões de ações.

Fase 2: apoio técnico para revisão do Plano Diretor Participativo e construção do Plano Plurianual.

Fase 3: fortalecimento dos mecanismos de transparência e

participação popular, assim como gestão de metas e resultados.

Como resultado para a população: investimentos atuais conversam com essas prioridades apontadas e município saltou de 54º para 6º no ranking de transparência de Mato Grosso do Sul.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O planejamento realizado por meio do AGP colabora com a identificação das demandas da população e se desdobra em um planejamento mais assertivo e crítico, que dialoga com as políticas públicas de gestão do território nas dimensões econômica, social, urbana e ambiental.

O trabalho está atrelado a ferramentas de gestão municipal, com as prefeituras municipais sendo protagonistas no seu desenvolvimento e viabilização. A visão de longo prazo construída de forma colaborativa está alinhada ao Plano Diretor dos municípios e orientou seus Planos Plurianuais, com orçamento e indicadores de monitoramento definidos.

O Plano Três Lagoas Sustentável traz metodologias que desenvolvem uma avaliação rápida que permite a identificação de temas prioritários e a construção de um plano de investimento que conversam com as ferramentas de gestão municipal. Como documentos que institucionalizam o conteúdo construído estão o Plano Diretor Participativo, o Plano Plurianual e, com ele, o plano de metas da prefeitura.



Articulação para a educação

7 Programa Meta Escola/ Inova Escola [CIEDS]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O Programa Meta Escola/Inova Escola utiliza o Inova Escola, formação presencial viabilizada pela Fundação Telefônica Vivo, como estratégia de intervenção pedagógica para que educadores e gestores tenham formação continuada na temática da inovação educativa, fortalecendo a gestão democrática na Secretaria, nas Diretorias Regionais de Educação (DIRECs) e nas escolas Estaduais de Rio Grande do Norte.

Como objetivo geral está a implementação de método formativo para desenvolvimento da gestão da aprendizagem. Como objetivos específicos, o Programa visa subsidiar e articular ações para o desenvolvimento de práticas com o foco na aprendizagem, além de reduzir a reprovação e evasão escolar.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O Meta Escola/Inova Escola ocorre na Secretaria Estadual da Educação e da Cultura (SEEC/RN), alinhado com o ProGestar: política pública que visa o fortalecimento da gestão democrática e participativa (Lei nº 585/2016).

Para fortalecer as discussões, a rede conta com uma as-

essoria técnica estratégica, formada por técnicos da secretaria e outras ações que corroboram com o Programa que consolida a agenda de inovação educativa na SEEC/RN. Dentre elas, está a formação presencial do Inova Escola, com 1.980 educadores contemplados em 2017 e 1.120 em 2018, bem como, a integração de formação online sobre avaliação na aprendizagem (alinhada à Portaria nº 981/2016), em que inscreveram-se 1.300 docentes.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O percurso formativo do Inova Escola integrou-se ao Meta Escola em agosto/2017 e constitui-se por uma intervenção pedagógica de formação presencial e online para que educadores e gestores da rede de educação fortaleçam a agenda de inovação educativa, contribuindo para a gestão democrática no estado.

O Inova Escola é implementado por meio da parceria formalizada com a Fundação Telefônica Vivo e seu parceiro executor, o CIEDS, que além da área de formação, realiza acompanhamento e assessoria técnica da SEEC/RN. Este trabalho é direcionado aos técnicos da Secretaria e articulado pelo Conselho Escolar para contemplar grupo gestor da escola, supervisor de gestão, assessor e comitê gestor.



Articulação para a educação

8

Programa Escolas Sustentáveis [Instituto Estre de Responsabilidade Socioambiental]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O Programa Escolas Sustentáveis é uma metodologia criada em 2010 pelo Instituto Estre. A motivação para a sua criação foi a política pública homônima lançada pelo Ministério da Educação no mesmo ano e o diálogo com outros parceiros. O objetivo do Programa Escolas Sustentáveis é fomentar a construção de espaços educadores sustentáveis que incorporem a perspectiva da Educação Ambiental crítica e emancipatória na unidade escolar, além de promover a reflexão-ação coletiva com foco em tornar a escola um espaço educador sustentável.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O programa é voltado à construção de coletivos e canais de diálogo entre os diversos atores. Para isso, as escolas participantes organizam um grupo para liderar o processo de Escolas Sustentáveis em suas unidades. Este tem como desafio mobilizar a comunidade escolar para que possa pensar em estratégias em conjunto. Em Rosário do Catete - SE, participam 100% das escolas (6 municipais, 1 estadual e 1 particular). Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, o projeto tem a possibilidade de transformar-se ele mesmo em uma política pública municipal nos anos que se seguem.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa Escolas Sustentáveis é uma política pública federal, lançada pelo Ministério da Educação e do Meio Ambiente em 2010. Para que viesse a se tornar uma realidade, em Rosário do Catete - SE, houve a construção da parceria entre o Instituto Estre e a Secretaria Municipal da Educação da cidade. Foi assinado entre estas duas partes um Acordo de Cooperação Técnica com vigência de três anos. Outras Secretarias do mesmo município apoiam pontualmente a iniciativa, que conta também com a participação das escolas estadual e privada da cidade.



Articulação para a educação

9 Parceria Votorantim pela Educação [Instituto Votorantim]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O Parceria Votorantim pela Educação (PVE) apoia a melhoria da educação pública nos municípios onde a Votorantim atua por meio de três frentes:

- qualificação da gestão educacional;
- qualificação da gestão escolar; e
- mobilização social.

As duas primeiras focam a administração pública e visam qualificar a oferta da educação a partir do desenvolvimento de competências profissionais dos gestores e da melhoria de processos. A terceira envolve os diversos atores da sociedade e visa fortalecer a demanda. A abordagem integrada de demanda e oferta proporciona um ciclo virtuoso que impacta positivamente a aprendizagem.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

São quatro ciclos anuais de formação (presencial e a distância) para gestores educacionais e escolares e para a comunidade. Uma matriz de competências orienta e avalia o desenvolvimento de habilidades e práticas fundamentais à atuação dos gestores e à mobilização da sociedade civil. Dos 51 municípios atendidos em 2017, 94% avançaram

na matriz. O avanço nas competências impacta positivamente os resultados no Ideb. Segundo estudo externo realizado a partir do Ideb 2015, o PVE acelerou o aumento da nota dos municípios participantes em 38% no Ensino Fundamental 1 e em 45% no Fundamental 2.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fortalecer as políticas públicas está na base do programa. Com a qualificação da gestão, o PVE amplia os saberes dos profissionais envolvidos na formatação e execução das políticas públicas educacionais. Nas ações de mobilização, capacita a comunidade para um movimento permanente de controle social e engajamento em prol da educação.

O programa trabalha para que o avanço das competências seja institucionalizado e refletido no aprimoramento das políticas educacionais e melhoria da aprendizagem dos alunos, em alinhamento com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



Articulação para a educação

10

Programa ECOA [Instituto Alcoa]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

Fortalecendo conceitos e práticas educacionais inovadoras desde 2014, o Programa ECOA – Educação Comunitária Ambiental vem promovendo transformações em Poços de Caldas (MG), São Luís (MA) e Juruti (PA). Imerso no cenário da escola pública brasileira, o Programa incentiva a transformação da cultura escolar a partir de temas como aprendizagem social, formação de educadores, aprendizagem baseada em projetos e engajamento comunitário.

O ECOA está fundamentado na ideia de que uma educação que realmente preze pela autonomia de todos os indivíduos, respeitando o ser e o estar de cada um no mundo, conectada à realidade das comunidades, à resolução de desafios e à cooperação é um meio significativo para desenvolver os cidadãos do século XXI.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O Programa ECOA está estruturado para oferecer às escolas: formação de educadores, acompanhamento pedagógico, desenvolvimento de projetos, Missões ECOA, entrega de materiais e círculos de aprendizagem.

As principais transformações percebidas são:

- Avanços significativos na incorporação de práticas peda-

gógicas inovadoras na rotina escolar (gestão democrática, protagonismo dos estudantes, aprendizagem baseada em projetos);

- Aumento na motivação de professores e alunos e melhoria nos hábitos sustentáveis (relações mais harmoniosas, mais cuidado com o espaço e sentimento de pertencimento e corresponsabilidade nos alunos e colaboradores);
- Desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas crianças e adultos envolvidos.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa ECOA é uma iniciativa do Instituto Alcoa, em parceria com a empresa Evoluir e as Secretarias Municipais de Educação e é formalizado por Termo de Parceria.

A contribuição para políticas públicas se dá quando o ECOA estimula transformações internas nas escolas a partir dos seguintes aspectos:

- revisão e inclusão da aprendizagem baseada em projetos nos Planos Político-Pedagógicos;
- criação de espaços de planejamento coletivo entre professores de diferentes anos, turmas e disciplinas;
- criação ou fortalecimento dos coletivos e conselhos escolares, com a participação de representantes de cada público da comunidade escolar;
- realização de círculos de aprendizagem.



Abordagens temáticas

11

Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social [Rede Internacional de Ação Comunitária]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O Projeto Moradia Urbana com Tecnologia Social (MUTS) é uma parceria da Rede Internacional de Ação Comunitária (Interação) com a Fundação Banco do Brasil que, atendendo à um desejo do Banco do Brasil de potencializar os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), visa a reaplicação de duas tecnologias sociais, complementarmente ao trabalho social previsto pelo PMCMV, como instrumentos de promoção do desenvolvimento social nos empreendimentos habitacionais promovidos pelo BB.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

As tecnologias sociais são reaplicadas durante cerca de um ano por uma Instituição Local de cunho social selecionada via edital pela Fundação Banco do Brasil. A 1ª tecnologia é de mobilização e organização comunitária e a 2ª é escolhida pela comunidade dentre opções do banco da Fundação.

Resultados até julho/2018: 30 instituições locais capacitadas atuaram em 62 empreendimentos (47 cidades, 18 estados), abrangendo aproximadamente 31 mil moradias e cerca de 100 mil moradores.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O MUTS promove a integração e organização de moradores e a articulação com a prefeitura, Banco do Brasil (promotor financeiro dos empreendimentos) e demais atores sociais locais, objetivando contribuir com a participação cidadã no desenvolvimento social local e inclusão da comunidade que, na maioria dos casos, é periférica e excluída do contexto da cidade.

A articulação é iniciada pela instituição local, com suporte da Interação através da formação do grupo de acompanhamento local, no qual os atores articulados acompanham a replicação das tecnologias sociais e apoiam o encaminhamento de questões definidas pelos moradores.



Abordagens temáticas

12 Programa Cultivar Energia [Copel]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O programa Cultivar Energia tem como objetivo a implementação de hortas comunitárias em imóveis sob linhas de energia da Copel em parceria com prefeituras municipais. Com ênfase em responsabilidade social, o foco desta iniciativa é a segurança alimentar e a geração de renda para comunidades fragilizadas socialmente. Na dimensão ambiental da sustentabilidade, as hortas comunitárias favorecem a melhoria do espaço urbano através da ocupação disciplinada dos espaços ociosos, mal utilizados (em muitos casos para a destinação inadequada de resíduos, vandalismo, consumo de drogas ou até criminalidade). A produção é assistida e agroecológica, sendo proibida a utilização de agrotóxicos no cultivo, o que resulta em alimentos mais saudáveis para a comunidade. Na dimensão social, ele fortalece o vínculo comunitário, favorece a inclusão e possibilita um complemento na renda das famílias.

Na dimensão econômica da sustentabilidade, o programa auxilia na guarda e preservação dos imóveis da Copel, pois tem o potencial de coibir ocupações irregulares e com alto potencial de risco de acidentes para a população.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

Em 2018 era três hortas comunitárias ativas no Município de Maringá desde 2013, quando a Copel implementou naquele município seu projeto piloto, com cerca de 140 fa-

mílias beneficiadas e nos 5 anos de funcionamento dessas hortas até 2018, sem registro de acidentes ou irregularidades. O projeto piloto proporcionou a normatização da iniciativa em forma de programa corporativo para replicação em outros locais. Hoje o programa possui suas próprias normativa interna e instrução administrativa de procedimentos, que possuem "força de lei" na empresa, além de outros documentos técnicos para o aterramento das cercas e manutenção da segurança. Em 2017 dois novos municípios foram inseridos no programa: Cascavel e Ponta Grossa, beneficiando inicialmente 120 famílias – número que pode chegar a mais de 1.000 famílias. Também foram feitas negociações com o município de Curitiba para a implantação de hortas na capital paranaense.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O programa se desenvolve através de parceria com prefeituras municipais, por meio de suas secretarias. As entidades públicas cadastram as famílias que farão parte de cada projeto, formam parceria com a Copel através de instrumento específico (termos de cessão de uso do imóvel, termo de convênio, cooperação técnica). Nesses termos cada parte assume uma série de responsabilidades para o andamento de cada projeto dentro do programa. A comunidade fica responsável pelo cultivo dentro das regras de segurança do programa, enquanto universidades parceiras contribuem com assistência técnica orientada ao cultivo nas hortas comunitárias.



Abordagens temáticas

13 Programa Jovem Sustentável Aprendiz [Fundação Alphaville]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

A partir de recurso proveniente de investimento social privado e da aproximação com o setor público local, o Ministério Público de Goiás solicitou auxílio da Fundação Alphaville para formatação de um projeto capaz de reduzir o alto índice de reincidência em delitos pelos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em Senador Canedo (GO), visto que o município não dispunha de oportunidades efetivas para tal reinserção e a Fundação já possuía metodologia comprovada para estimular o protagonismo de jovens em situação de vulnerabilidade social a favor de suas comunidades.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O Programa Jovem Sustentável (PJS) Aprendiz implementa um conjunto de práticas sociais e educacionais, obtidas pela mobilização intersetorial, a favor da reformatação de valores e reinserção socioprofissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Entre os resultados, apontamos a queda de 80% para cerca de 17% no índice de reincidência, engajamento de 77% dos jovens nas atividades, direcionamento de 33% para atendimentos médicos especializados e inclusão profissional de 70% dos participantes. Qualitativamente, identi-

ficamos impacto positivo na sociabilização e continuidade para o ensino formal.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O programa mobilizou a participação intersetorial pela atribuição de corresponsabilidades entre os atores envolvidos: sensibilização e acompanhamento dos jovens e famílias (Poder Judiciário), alinhamento da proposta ao cumprimento da medida (Vara da Infância e da Juventude), disponibilização de vagas para inclusão profissional (empresariado) e formação dos jovens e servidores públicos (Fundação Alphaville). O PJS Aprendiz complementa medidas de caráter corretivo e atende aos preceitos do SINASE, em consonância às políticas públicas de responsabilização, educação, saúde, assistência social e segurança pública.



Abordagens temáticas

14

Movimento Agente do Bem [Fibria]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

O Movimento Agente do Bem foi criado em 2015 pela área de Sustentabilidade da Fibria, líder mundial em produção de celulose de eucalipto, como resposta à implantação do Projeto Horizonte 2 (H2), que consistiu na ampliação da fábrica situada no município de Três Lagoas (MS). Este projeto nos colocou diante de vários dilemas e aprendizados para lidar com os diferentes impactos causados por uma obra dessa dimensão. Para ampliar o escopo da sua estratégia em Três Lagoas para além do desenvolvimento local, a Fibria buscou uma consultoria especializada no assunto, realizando uma parceria técnica com a Childhood Brasil e, desenvolveu o Movimento Agente do Bem que tem como objetivo proteger de forma preventiva as crianças e adolescentes de Três Lagoas contra todos os tipos de violência, em especial a sexual.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

Um dos aspectos inovadores do Agente do Bem é convidar os empregados e empresas do Projeto Horizonte 2 para discutir temas de interesse (cidadania, família, saúde, álcool e drogas) e, ao longo dos encontros, abordar também questões relacionadas ao abuso e exploração contra crianças e adolescentes – sempre de modo transversal, acolhedor e positivo. A capacitação de uma rede interna de multiplicadores – formada por funcionários próprios e terceiros, assistentes sociais, técnicos de enfermagem e

de segurança, entre outros profissionais –, tem sido fundamental para o sucesso do programa, com uma adequada conscientização dos trabalhadores.

O diagnóstico apontou que o sistema do município tem boa capacidade técnica de atendimento, porém não possui serviços devidamente articulados. Assim, foram feitas várias oficinas de reciclagem de conhecimento e capacitação da rede de serviços em relação aos papéis e aos fluxos de atendimento na proteção às crianças e adolescentes.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em julho de 2017 foi formada uma Comissão com mais de 25 representantes de diversos serviços públicos de atendimento e secretarias de Três Lagoas. Este foi o momento em que a Fibria deixou de ser a principal empresa articuladora para se tornar mais uma integrante do Movimento na cidade – outras empresas também foram mobilizadas para participar da rede. A Comissão que se reúne periodicamente elaborou o Plano Municipal Decenal de Proteção de Crianças e Adolescentes, seus fluxos e protocolos de atendimento. Em dezembro de 2017 a Comissão entregou este Plano Municipal para o prefeito de Três Lagoas e, em agosto de 2018, os vereadores aprovaram por unanimidade este Plano como Projeto de Lei. Deste ponto em diante, a Comissão, formalmente instituída, passou a monitorar a implantação do Projeto de Lei.



Abordagens temáticas

15 Conecta Saúde [Grupo Fleury]

I. MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS :: PORQUE E PARA QUÊ

Em 2016, o número de pessoas vivendo com HIV no Brasil atingiu 830 mil casos, 69 % a mais que em 2005. Segundo o Ministério da Saúde a taxa de infectados aumentou 187,5% na faixa de 15 a 19 anos entre 2006 e 2015, passando de 2,4 para 6,9 casos a cada 100 mil habitantes, reforçando a necessidade da prevenção e redução do número jovens infectados. Neste cenário, nasce o Conecta Saúde, um programa de capacitação voltado a jovens de instituições públicas de ensino, que objetiva disseminar conhecimentos sobre prevenção de Aids e gravidez precoce de forma estruturada e participativa, a fim de contribuir para a melhoria da saúde. A iniciativa está implantada nos estados de SP, RJ, PR, RS, BA, PE e no Distrito Federal.

II. FORMATO DE ATUAÇÃO E RESULTADOS :: COMO E ATÉ ONDE

O Conecta Saúde é um jogo de tabuleiro criado a partir de um conteúdo lúdico sobre a prevenção do HIV e gravidez precoce adaptado ao ensino de adultos e adolescentes. Apresenta dez personagens que vivenciam diferentes experiências e contatos em um acampamento, e refletem sobre o impacto de suas decisões. Em cinco anos, 2,3 mil jovens já passaram pelo jogo em 18 escolas no país, envolvendo 344 colaboradores voluntários. Na cidade de São

Paulo, mais de 150 profissionais de UBS também passaram pelos treinamentos. As avaliações preenchidas pelos alunos indicam que 94% deles relatam ter aprendido a colocar o preservativo e compreendido as formas de transmissão do HIV, e 93% aprovam a metodologia utilizada.

III. ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO EMPRESARIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Além do alinhamento com os ODS de Saúde e Bem-Estar, Educação de Qualidade e Parcerias, o Conecta Saúde foi escolhido como ferramenta de educação alinhada ao Programa Saúde na Escola (PSE), contribuindo para os objetivos do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde. Em São Paulo, a parceria com as coordenadorias de Saúde e de Educação do município e o treinamento de seus profissionais permitiram ampliar o alcance da metodologia. O jogo também foi aplicado em populações ribeirinhas e aldeias indígenas, e em parcerias firmadas com instituições do terceiro setor e organizações privadas. Em 2017, o Conecta Saúde recebeu o selo SESI ODS Paraná, sendo vencedor na categoria 'Grandes Empresas'.



REFERÊNCIAS

AGENDA PÚBLICA. **Fortalecimento institucional, participação e controle social. Metodologia de atuação em municípios impactados por grandes empreendimentos.** 2a Edição, (s/d). Disponível em <https://www.agendapublica.org.br/#publi>. Acesso: 03/04/2019.

AGENDA PÚBLICA. **Como transformar políticas públicas:—Eficiência na gestão pública e fortalecimento da participação social.** (s/d). Disponível em: <https://www.agendapublica.org.br/#publi>. Acesso: 03/04/2019.

COMUNITAS. **Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) – Relatório de 2018.** 2018. Disponível em <http://www.comunitas.org/portal/bisc-publicacoes/>. Acesso: 03/04/2019.

FAVARETO, ARILSON; LOTTA, GABRIELA. Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros. **REDES**, v. 22, n. 3, 2017.

FOUNDATION CENTER. **Key Facts on Foundations' Public Policy-related activities.** 2010. Disponível em <https://foundationcenter.issuelab.org/resources/13574/13574.pdf>. Acesso: 03/04/2019.

GIFE. **Censo GIFE 2016.** Organizadores: Erika Sanchez Saez, Graziela Santiago e José Marcelo Zacchi. — 1. ed. — São Paulo: GIFE, 2017. 256 pp.

IPEA. **A Iniciativa Privada e o Espírito Público A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil.** Brasília, Junho de 2006. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-44.pdf>. Acesso: 03/04/2019.

LOTTA, GABRIELA; FAVARETO, ARILSON. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, mar. 2016

PERRET, N.; JUNQUEIRA, L. Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais. **Reuna**, v. 16, n. 2, p. 121-138, 2011.

SABOURIN, ERIC. Políticas públicas territorializadas no Brasil e na América Latina: algumas perspectivas de evolução e de agenda para a pesquisa. **Seminário Internacional "Cruzando olhares sobre políticas territoriais e pobreza: métodos, campos e perspectivas"**. Rio de Janeiro, 06 e 07 de Dezembro de 2016

SILVA, SANDRO PEREIRA. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012.



Realização:

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

Avenida 9 de Julho, 2029 - 11º andar
São Paulo/SP - Brasil

www.fgv.br/ces

